



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

EMENDA Nº / 2025

Modifica a Estratégia 13.5 do Objetivo 13 do
Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº
2614, de 2024.

Art 1. A Estratégia 13.5 do Objetivo 13 do Anexo do Substitutivo ao Projeto
de Lei nº 2.614, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Estratégia 13.5 Instituir comissão tripartite, com a
participação de gestores educacionais, instituições
formadoras **públicas** e do mundo do trabalho, com
vistas ao fortalecimento das políticas públicas
destinadas à educação profissional e tecnológica.



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel (61) 3215-5617 | dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://tribuna.leg.br/verificacao-assinatura-camara-leg>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante

Apresentação: 28/10/2025 10:52:29.343 - PL261424
ESB 1042/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025
ESB n.1042/2025



* C D 2 5 3 5 8 1 6 0 2 3 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

JUSTIFICATIVA

A inserção do termo "pública" para qualificar as instituições formadoras é uma salvaguarda essencial para garantir a soberania e o interesse público na formulação das políticas de educação profissional. Sem esta especificação, a estratégia abriria espaço para que instituições privadas, com lógicas mercadológicas e interesses corporativos, pudessem influenciar decisivamente o desenho e a orientação das políticas públicas, o que poderia levar à priorização de formações alinhadas aos seus modelos de negócio em detrimento das necessidades reais de desenvolvimento nacional e das demandas dos territórios. Ao restringir a participação no âmbito da comissão tripartite às instituições formadoras públicas, assegura-se que a política seja construída a partir do compromisso constitucional com a educação como direito social, pautada pela qualidade socialmente referenciada, pela gratuidade e pela função estratégica do Estado na oferta de uma educação profissional que verdadeiramente sirva ao projeto de sociedade democrática, inclusiva e soberana.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de outubro de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

